

**Comunidade quilombola do Engenho Siqueira:
Uma contribuição da extensão rural agroecológica para o desenvolvimento local**

*Quilombola community of Engenho Siqueira: a contribution of the rural extension
agroecological for the local development*

GONÇALVES, Mônica Nunes¹

Universidade Federal Rural de Pernambuco, monica.nunes@ipa.br

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de refletir sobre a atuação da extensão rural em áreas quilombolas, e em analisar em que medida é possível, a extensão rural com base nos princípios da agroecologia, contribuir para o desenvolvimento local. Nosso estudo de caso foi realizado na Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira, localizada no município de Rio Formoso/Pernambuco. O objetivo deste trabalho é compreender em que medida a intervenção da extensão rural através do fortalecimento do processo associativo comunitário e da identidade étnica contribuiu para a inserção e participação da comunidade em espaços políticos. A pesquisa é fruto do trabalho desenvolvido no mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco–UFRPE, através do projeto Observatório de Extensão Rural e Extensão Pesqueira. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas com lideranças e agricultores/as quilombolas e extensionista.

Palavras-chave: Agroecologia, Comunidade quilombola, Desenvolvimento local, Extensão rural, Identidade étnica.

Abstract

The present article proposes a reflection on the role of the rural extension in quilombolas areas and an analysis how possible the rural extension on the basis of the principles of agroecology, contribute to the local development. Our case study was accomplished at Community Quilombola of Engenho Siqueira, placed in the municipal district of Rio Formoso, in the State of Pernambuco. The aim of this work is to understand how the intervention of the rural extension through the strengthening of the communitarian associative process and the ethnical identity could contribute for insertion and participation of the community in Political areas. The research is the outcome of the work improved during the Master's Degree related to Rural Extension and Local Development at Rural Federal University of the State of Pernambuco- UFRPE, by the project Observatory of Rural Extension and Fishing Extension. The data gathering was fulfilled through semi-structured interviews alongside of quilombolas leaderships and farmers, professionals who work in a rural extension.

Key-words: Agroecology. Quilombola Community, local development, rural extension, ethnical identity.

1

Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento Local do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Contexto: extensão rural e políticas públicas

O Município de Rio Formoso, distante da capital 88 km, está situado na Mata Sul do Estado de Pernambuco. O principal rio da cidade que dá nome ao município está situado em uma região formada por um complexo ecológico de áreas estuarinas, onde imperam ao mesmo tempo belas paisagens e cenários de degradação ambiental. Nesse cenário de diversidade ambiental, a atuação de diferentes atores sociais se consolida, a exemplo de agricultores, pescadores e quilombolas. Desse modo, o município de Rio Formoso foi escolhido para participar do Projeto Observatório de Extensão Rural e Extensão Pesqueira, cujo objetivo é analisar os impactos das políticas públicas no município de Rio Formoso/PE, na perspectiva do desenvolvimento local. Assim, o presente estudo é resultado do trabalho desenvolvido no Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSSEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Para objeto de estudo foi escolhida a comunidade quilombola do Engenho Siqueira, situada a 3 km da sede do município. A comunidade formada por agricultores familiares e pescadores faz parte desse cenário da diversidade ecológica, uma vez que em suas áreas delimitadas há mangues e resquícios de Mata Atlântica. Apesar da proximidade da sede do município, aspectos como identidade étnica, organização social, participação em espaços políticos são conquistas recentes em construção sociocultural.

Recentes, portanto são as políticas públicas voltadas para as populações remanescentes de Quilombos, uma conquista realizada pelos movimentos sociais negros, em que Estado e sociedade reconhecem tardiamente os direitos constitucionais dessa população. Vale salientar, que apenas em 2008, a comunidade do Engenho Siqueira tomou conhecimento de sua condição de “comunidade remanescente de quilombo”, apesar de ser reconhecida pelo Governo Federal desde 2005, e pela Fundação Cultural dos Palmares.

Dessa forma, com o avanço das discussões sobre políticas públicas voltadas para os afrodescendentes brasileiros, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, implantada a partir de 2004, acompanha no debate rural o reconhecimento das comunidades tradicionais e inclui nos seus princípios e diretrizes ações de valorização e inclusão social, reconhecendo as diversidades e especificidades étnicas, propondo a superação da discriminação e opressão através da construção da equidade social e valorização da cidadania de categorias sociais, entre elas as comunidades quilombolas.

A extensão rural, a partir desse momento, passa a vislumbrar atores sociais, como os quilombolas, antes invisíveis nas ações de extensão rural, gerando um caminho de incertezas, construção e aprendizagem sociocultural e o desafio de fazer uma extensão rural onde elementos como a pluralidade, diversidade cultural e étnica, compreensão histórica dos afrodescendentes, estejam presentes na atuação cotidiana. Nesse contexto, a extensão rural baseada nos princípios agroecológicos, estimula processos de empoderamento e participação social, através de intervenções de caráter educativo e transformador, onde os aspectos da aprendizagem coletiva, valorização do conhecimento local e da agricultura como construção social estejam inseridos em um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e sustentável. Nessa perspectiva, ações que estimulem o processo de organização social através da atuação da extensão rural “agroecológica”, podem contribuir para a autonomia dos sujeitos sociais e fortalecimento da identidade cultural quilombola, estimulando a participação social nos espaços políticos, contribuindo para o desenvolvimento local. A efetiva contribuição através da atuação da extensão rural, portanto, tem

que ser refletida a partir da compreensão dos conceitos de desenvolvimento. Caporal (2007) comenta que para se ter uma nova extensão um dos fatores “é ter a compreensão da crise do modelo de desenvolvimento imposto ao setor rural, excludente e concentrador de renda e de terra”. Kageyama (2004) demonstra que “(...) um dos enfoques do desenvolvimento endógeno, centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial”.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo compreender e analisar o papel da extensão rural junto a comunidade quilombola do Engenho Siqueira, a partir da intervenção de uma extensão rural agroecológica através do fortalecimento do processo associativo e da identidade étnica e sua contribuição para o desenvolvimento local.

A experiência da extensão rural na comunidade quilombola

A comunidade quilombola é constituída por aproximadamente 80 famílias, com um total de 440 habitantes, sendo que desses, 60% da população é formada por mulheres. Historicamente é uma população marginalizada pela sua descendência afrodescendente, marcada pelo isolamento e pobreza, falta de oportunidades e precariedade no acesso as políticas públicas. A população vive da agricultura familiar e da pesca, e preserva ainda suas tradições, fazendo uso de plantas medicinais, e o resgate de brincadeiras “antigas” como a “corrida do tronco”, faz uso da agricultura tradicional diversificada, apesar da Mata Sul ter como tradição o plantio da cana-de-açúcar.

Em 2008, o Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA começou sua atuação no município de Rio Formoso, junto às comunidades locais. Com o objetivo de conhecer o cenário rural local, começou a dialogar e construir propostas de atuação através das reuniões no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS. Neste período, a comunidade quilombola ainda não participava ativamente desse conselho, espaço político importante nas discussões das problemáticas rurais, encontrando-se praticamente isolada de outras comunidades, dos espaços de participação política (conselhos, fóruns, etc) e sem acesso as políticas públicas governamentais. Em diálogo com o STR, o IPA passou a conhecer e atuar na comunidade quilombola, utilizando metodologias participativas, valorizando o conhecimento local, pois, visava construir junto à comunidade cenários e perspectivas de atuação. Como resultado desse trabalho, em 2008, foi verificado que a comunidade sofria descaso da gestão do poder local, além de preconceito por parte das outras comunidades rurais “por serem consideradas pessoas difíceis de lidar” e, por vezes como relatam os/as entrevistados/as eram tratados de maneira preconceituosa, conforme relato abaixo:

“...antes na gestão anterior eram relegados praticamente ao isolamento e ao esquecimento por sua condição de negros e por sua história diferente no município, eram conhecidos como negros de Siqueira” (Entrevistado 08)².

Um dos aspectos principais observados naquele momento, diz respeito ao processo de organização social, que encontrava-se totalmente desarticulado e desacreditado por parte

2

Para preservar a privacidade dos entrevistados/as: agricultores/as e lideranças quilombolas e extensionista foram designados como entrevistado 01, 02, etc.

da comunidade. A Associação dos Agricultores da Comunidade do Engenho Siqueira, encontrava-se desativada, em débito com a receita federal, e sua diretoria estava em crise, às reuniões eram esporádicas e esvaziadas. Entre outros aspectos observados, verificou-se que o cenário da comunidade era de pobreza, pouca visibilidade e participação política, invisibilidade das mulheres, baixa auto-estima, projetos de infra-estrutura inexistentes na comunidade, conflitos ambientais, índice de alcoolismo entre os jovens, pouca diversificação produtiva, baixa mobilização social. Desta forma, no período compreendido entre 2008 e 2010, diante do cenário exposto, o IPA junto a comunidade elegeu como prioridade trabalhar baseado nos princípios agroecológicos, aspectos da organização social, o acesso da comunidade as políticas públicas, a valorização da identidade étnica cultural, a participação da comunidade em espaços políticos. Desde então, o IPA vem atuando na comunidade através de cursos, palestras, visitas as famílias, assistência técnica as áreas produtivas no incentivo a produção orgânica e apoio a participação na feira agroecológica do município, realização de intercâmbios com outras experiências, estimulando alternativas de geração de renda, a exemplo do artesanato de madeira, coco e sementes da região, apoiando iniciativas e articulando ações com organizações não governamentais e governamentais para o fomento do empoderamento, visibilidade e autonomia da comunidade.

Metodologia

Foram realizadas visitas a feira agroecologica e a comunidade no período entre maio e julho de 2011, além de realizadas pesquisa documental e de dados secundários. Em um primeiro momento foram aplicadas entrevistas informais aos agricultores quilombolas que participam da feira agroecologica do município. Em um segundo momento, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas as lideranças e agricultores e agricultoras da comunidade e ao extensionista do IPA, totalizando cerca de 12 entrevistados/as.

Resultados e discussões: Limites e possibilidades

Observa-se que a extensão rural no estudo de caso realizado, trabalha na perspectiva dos princípios e diretrizes da PNATER, atendendo as especificidades no que diz respeito às comunidades quilombolas. Percebe-se que o extensionista entrevistado possui compreensão das especificidades do trabalho com comunidades quilombolas e incorpora na sua prática extensionista princípios agroecológicos, no entanto, dois aspectos devem ser considerados: 1. Apenas uma formação profissional não responde a complexidade da interdisciplinaridade necessária ao trabalho com comunidades tradicionais; 2. Apesar da ação cotidiana basear-se nos princípios agroecológicos, conforme pesquisa, observa-se a precariedade das condições institucionais em relação aos recursos financeiros para o cumprimento do planejamento realizado na comunidade anualmente através do Plano de Ação Municipal³ (PAM). Vale salientar, que é importante que a extensão rural, invista na capacitação do extensionista, que irá lidar com comunidades tradicionais, inserindo-o nas discussões sobre os processos históricos e culturais dessas populações marginalizadas.

Verifica-se que as ações e os resultados obtidos só foram possíveis por que foram realizados e articulados entre sociedade civil, Estado e município, coerente com os

3

O Plano de Ação Municipal (PAM) é um instrumento institucional a ser utilizado na construção de planejamento junto as comunidade de forma a proporcionar as condições materiais e humanas no cumprimento do mesmo.

elementos presentes para a fomentação do desenvolvimento local. Nesta perspectiva, o aproveitamento das potencialidades da comunidade, enquanto população com direitos e políticas públicas específicas foram utilizadas e exploradas, levando-se em conta a complexidade e os limites. Destaca-se, portanto, a importância do trabalho de extensão no papel de articulador de políticas públicas, fomentando mudanças concretas para a qualidade de vida da população.

Nessa perspectiva, um dos resultados importantes e interessantes relatados pelas lideranças quilombolas, da atuação da extensão rural do IPA foi à reestruturação da associação da comunidade, através do fomento ao associativismo e da valorização da identidade quilombola. Em entrevista, uma das lideranças quilombolas destaca o papel do IPA no processo de organização e articulação:

“O IPA faz parte de nossa história, nos ajudou na organização da associação e nos mostrou a outras comunidades e organizações, agora temos respeito. Agora, todo mundo quer ser quilombola.” (Entrevistada 02)

Em consequência da regularização e organização associativista, formação e fortalecimento de lideranças, a comunidade começou a participar em espaços políticos de decisão, a exemplo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que atualmente é coordenado por um representante quilombola. Nesse espaço de disputa política, a comunidade já obteve como resultado positivo projetos de infra-estrutura para a comunidade. Recentemente, com a discussão sobre territórios, a representação quilombola também se faz presente dando visibilidade e voz à comunidade nos Territórios da Cidadania. Atualmente, também participam dos encontros da Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco e atuam no Conselho Municipal da Merenda Escolar. Nesse aspecto, os processos de empoderamento e valorização da identidade étnica ficam expressos através da visibilidade da comunidade. Um dado interessante é o acesso as políticas públicas municipais, a exemplo do Programa Nossa Safra.

Como resultado das entrevistas, observa-se que a participação e visibilidade das mulheres atualmente é significativa, uma vez que participam das reuniões, da feira agroecológica, dos conselhos, da diretoria da associação da comunidade. Recentemente, nos encontros organizados pelo IPA de mulheres e de segurança alimentar, estiverem presentes 16 mulheres. É relatado pelos entrevistados/as que “as mulheres saiam muito pouco da comunidade”, apenas para os afazeres cotidianos e não tinham o hábito e oportunidade de participar de conselhos, fóruns, cursos, reuniões, fora da comunidade.

Observa-se que apesar das contribuições para o desenvolvimento local através da atuação na extensão rural na perspectiva agroecológica em comunidades quilombolas, a população estudada ainda encontra-se em processo de construção sociocultural da sua identidade e conquistas por condições de vida mais digna, pois, séculos de história marginalizada não são desconstruídos de um momento para outro. Por fim, os desafios e demandas da extensão rural são inúmeras em comunidades quilombolas, uma vez que é preciso discutir a nível institucional com os movimentos negros, comunidades quilombolas e extensionistas a compreensão e as especificidades do trabalho em extensão rural em comunidades quilombolas, a partir do olhar desses atores sociais.

Agradecimentos

Aos homens e mulheres quilombolas, lutadores/as do cotidiano; Ao extensionista pelo seu esforço diário frente aos desafios; e a Professora Irenilda Lima (UFRPE).

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, V. 21, n. 3, p.379-408, set/dez, 2004. Disponível na internet em: <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v21/v21n3p379.pdf>. Acesso em 30/08/2011.